

representa**coop**


relações
institucionais

INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[semanal]

IRP Nº 42 – ano 2025

20 a 24 de outubro de 2025

 **SistemaOcepar**
FECOPAR | OCEPAR | SESCOOP/PR





Sumário

- CRISE NO PREÇO DO LEITE MOBILIZA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E ACELERA TRAMITAÇÃO DE PROJETO EM REGIME DE URGÊNCIA;
- PARANÁ RUMO À COP30: OCEPAR DESTACA CONTRIBUIÇÃO DO COOPERATIVISMO PARA A TRANSIÇÃO ECOLÓGICA JUSTA;
- SENADO DISCUTE PL DAS ÁREAS DE FRONTEIRA;
- DESTAQUES DE BRASÍLIA;
- PROPOSIÇÃO DE DESTAQUE ALEP.

CRISE NO PREÇO DO LEITE MOBILIZA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E ACELERA TRAMITAÇÃO DE PROJETO EM REGIME DE URGÊNCIA

A crise no preço do leite foi tema de uma audiência pública realizada na manhã de terça-feira (21/10) na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), reunindo centenas de produtores rurais, cooperativas e representantes de entidades do setor. O encontro, proposto por um grupo de deputados liderado por Luiz Corti (PSB), discutiu os impactos da queda dos preços pagos ao produtor, a concorrência com o leite em pó importado e a necessidade de políticas públicas de apoio à agricultura familiar.

Durante a audiência, o deputado Luiz Corti destacou o Projeto de Lei nº 888/2023, de sua autoria, que proíbe a reconstituição de leite em pó importado para comercialização como leite fluido ou uso em laticínios no Paraná. A proposta, apontada como fundamental para proteger os produtores locais da concorrência desleal, recebeu apoio unânime dos parlamentares presentes.

O presidente da Assembleia, deputado Alexandre Curi (PSD), tramitou em regime de urgência o PL 888/2023, com a realização de sessão extraordinária na quarta-feira (22/10) para votar o texto em segundo e terceiro turno, permitindo sua rápida aprovação e sanção imediata pelo Governo do Estado. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Ademar Traiano (PSD), confirmou o consenso entre as bancadas para garantir a constitucionalidade e a celeridade da proposta.

Além da aprovação do projeto, foram apresentadas sugestões complementares, como a criação de uma câmara técnica permanente para acompanhamento da cadeia leiteira, a ampliação do programa “Leite das Crianças” e o aumento do consumo institucional de leite paranaense na merenda escolar e em programas sociais. A audiência evidenciou a união entre parlamentares, governo e entidades do setor em defesa da agricultura familiar e da sustentabilidade da produção leiteira no Estado.

A OCEPAR esteve presente em todos os momentos da discussão, contribuindo para a consolidação do debate.



PARANÁ RUMO À COP30: OCEPAR DESTACA CONTRIBUIÇÃO DO COOPERATIVISMO PARA A TRANSIÇÃO ECOLÓGICA JUSTA

A Assembleia Legislativa do Paraná realizou, na manhã de 21 de outubro, a **audiência pública “Paraná Rumo à COP30 – Caminhos para a Transição Ecológica Justa”**, proposta pelo deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD). O encontro, promovido pela Frente Parlamentar de Promoção Municipalista e pela Comissão Especial da COP30, reuniu autoridades, especialistas e entidades representativas para discutir estratégias integradas de sustentabilidade e adaptação às mudanças climáticas no Estado.

Durante o evento, o deputado Romanelli **ressaltou que o Paraná tem avançado na agenda ambiental, com políticas públicas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** e iniciativas que integram sustentabilidade ambiental, social e econômica. O parlamentar destacou a importância da audiência como espaço de diálogo entre governo, academia, setor produtivo e sociedade civil, em preparação à COP30, que ocorrerá em novembro, em Belém (PA).

Em nome do **Sistema OCEPAR**, o **superintendente Robson Mafioletti apresentou as ações do cooperativismo paranaense voltadas à sustentabilidade**, como a tríplice lavagem de embalagens de defensivos agrícolas, os sistemas de integração lavoura-pecuária, o plantio direto e os programas de capacitação de cooperados e funcionários. Também destacou o **“Manifesto do Cooperativismo Brasileiro para a COP30”**, documento coordenado pela OCB, com propostas sobre segurança alimentar, agricultura de baixo carbono, bioeconomia, transição energética e mitigação de riscos climáticos — reforçando o papel estratégico das cooperativas na promoção do desenvolvimento sustentável.

Ao final da audiência, o deputado **Romanelli propôs a elaboração de uma Carta de Compromissos do Paraná com a Sustentabilidade, a ser apresentada pela comitiva paranaense na COP30**, consolidando o protagonismo do Estado na pauta climática. Participaram da audiência, representando o Sistema OCEPAR, Robson Mafioletti (superintendente), Diogo Tavares (analista de Relações Institucionais) e Bruna Mayer (analista técnica).



SENADO DISCUTE PL DAS ÁREAS DE FRONTEIRA

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado aprovou, nesta terça-feira (21), o Projeto de Lei 4497/2024, de autoria do deputado Tião Medeiros (PP-PR), que cria **novas regras para facilitar o registro de terras públicas em faixas de fronteira** que tenham sido vendidas ou concedidas pelos estados. A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Jaime Bagattoli (PL-RO), e segue para o Plenário em regime de urgência.

O texto altera a **Lei de Registros Públicos e a legislação de regularização fundiária em áreas de fronteira**, buscando destravar processos paralisados por falta de clareza nas normas e reduzir a burocracia para proprietários rurais. A medida pretende dar segurança jurídica aos produtores e à União, além de incentivar o desenvolvimento econômico nas regiões fronteiriças.

Pelo projeto, **serão ratificados os registros de imóveis rurais situados em terras devolutas da União que foram vendidos ou concedidos pelos estados e registrados até 23 de outubro de 2015**. O processo poderá ser iniciado pelo interessado junto ao cartório de registro de imóveis, mediante a apresentação do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), que servirá como prova de cumprimento da função social da terra. O Incra terá até cinco anos para verificar se os imóveis atendem aos critérios sociais e ambientais exigidos.

O texto também **define prazos para o georreferenciamento obrigatório dos imóveis rurais**, fixando o limite de 31 de dezembro de 2028 para propriedades de maior extensão, com prazo estendido para pequenos produtores. As áreas que não se enquadrarem nos critérios de ratificação deverão seguir as regras da Lei nº 11.952/2009, que trata da regularização fundiária. Com a aprovação na CRA, o projeto representa um avanço na modernização dos registros fundiários e poderá beneficiar diretamente mais de 500 municípios localizados em faixas de fronteira, segundo estimativas apresentadas durante a sessão.



DESTAQUES DE BRASÍLIA

SENADO DISCUTE A REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DE CARBONO

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizou, na quarta-feira (22), **audiência pública sobre o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE)**, reunindo representantes do setor produtivo, da comunidade científica e de cooperativas agroindustriais para debater o papel do agronegócio na transição para uma economia de baixo carbono. Durante o encontro, **a Cooperativa Agroindustrial Copagril** destacou exemplos práticos de produtores rurais que obtêm retornos financeiros significativos por meio de créditos de carbono, resultado da adoção de boas práticas ambientais como conservação de matas ciliares, recuperação de pastagens e plantio direto. O debate reforçou que o setor agropecuário não deve ser visto apenas como emissor de gases de efeito estufa, mas como agente estratégico para captura de carbono e geração de créditos ambientais, apontando caminhos para consolidar o Brasil como protagonista no mercado nacional e internacional de carbono, com políticas de valorização e certificação das práticas de sustentabilidade adotadas pelos produtores.

[Acesse a audiência na íntegra](#)



CÂMARA CRIA COMISSÃO PARA DISCUTIR FUNDO SUL-SUDESTE

A Câmara dos Deputados criou uma comissão especial para analisar a PEC 27/23, que institui fundos de desenvolvimento para as regiões Sul e Sudeste, com o objetivo de reduzir desigualdades regionais e melhorar infraestrutura, renda e oportunidades nas áreas estratégicas dessas regiões. O anúncio foi feito pelo presidente Hugo Motta (REP-PB) comissão **será presidida pelo deputado Toninho Wandscheer (PP-PR)**, com **relatoria de Arnaldo Jardim (CIDA-SP)**, e pretende conduzir a análise de forma ágil, em diálogo com prefeitos, governadores e demais representantes locais. A **Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)** acompanhou a reunião, aproveitando a oportunidade para **apresentar reivindicações do setor cooperativista**, reforçando a importância de que os fundos de desenvolvimento incluam políticas que estimulem a agricultura familiar, o cooperativismo e o fortalecimento das cadeias produtivas regionais.

[Acesso ao anúncio da Comissão](#)



DESTAQUE DE PROPOSIÇÃO APRESENTADA NA ALEP

Detalhes das proposições:

Ato Proposição	Autor	Assunto	Ementa	Status e texto completo
PL 963/20225	Poder Executivo (PSD)	Subvenção Econômica	<p>Altera a Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Econômico, e a Lei nº 20.165, de 2 de abril de 2020, que autoriza concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico para a Fomento Paraná e para o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.</p> <p>EXPLICAÇÃO: Dentre outras questões, o texto permite que cooperativas paranaenses, independentemente do tamanho, possam receber apoio em situações de calamidade pública, eventos extraordinários ou riscos econômicos relevantes, mediante ato do Poder Executivo. Além disso, autoriza a concessão de operações de crédito para capital de giro a esses beneficiários, oferecendo instrumentos concretos de sustentação financeira em cenários adversos.</p>	Encaminhado a CCJ

Opine sobre as proposições através do forms: <https://forms.cloud.microsoft/r/zduJF2AEeS>.

Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link
<https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua
sugestão e/ou opinião.

